

METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO

2013



Poder Judiciário



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO

2013



Poder Judiciário



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



2013 Conselho Nacional de Justiça

Presidente **Ministro Joaquim Barbosa**

Corregedor Nacional de Justiça **Ministro Francisco Falcão**

Conselheiros Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ana Maria Duarte Amarante Brito
Guilherme Calmon Nogueira da Gama
Flavio Portinho Sirangelo
Deborah Ciocci
Saulo José Casali Bahia
Rubens Curado Silveira
Gilberto Valente Martins
Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira
Gisela Gondin Ramos
Emmanuel Campelo de Souza Pereira
Fabiano Augusto Martins Silveira

Secretário-Geral **Juiz Fábio Cesar dos Santos Oliveira**

Secretário-Geral Adjunto **Juiz Marivaldo Dantas de Araújo**

Juiz Auxiliar da Presidência **Juiz Clenio Jair Schulze**

Diretor-Geral **Sérgio Pedreira**

EXPEDIENTE

Organização Departamento de Gestão Estratégica – DGE
Diretor Ivan Gomes Bonifácio

Realização Comissão Permanente de Gestão Estratégica,
Estatística e Orçamento

Conselheiros Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Rubens Curado Silveira
Ana Maria Duarte Amarante Britto
Gilberto Valente Martins

Projeto Divanir Junior

Design Eron Castro

Capa Leandro Luna

Revisão Carmem Menezes

Agosto 2013

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

SUMÁRIO

9 APRESENTAÇÃO

16 META 1 DE 2013

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013.

18 META 2 DE 2013

Julgar, até 31/12/2013, pelo menos 80% dos processos distribuídos em 2008, no STJ; 70%, em 2010 e 2011, na Justiça Militar da União; 50%, em 2008, na Justiça Federal; 50%, em 2010, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais; 80%, em 2009, na Justiça do Trabalho; 90%, em 2010, na Justiça Eleitoral; 90%, em 2011, na Justiça Militar dos Estados; e 90%, em 2008, nas Turmas Recursais Estaduais, e no 2º grau da Justiça Estadual.

20 META 3 DE 2013

Julgar 90% dos processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais, e dos processos de natureza especial em até 120 dias.

20 META 4 DE 2013

Os dados desta meta são lançados semestralmente. Todavia não há resultados relativos ao 1º semestre. O cumprimento será apurado ao final do ano

21 META 5 DE 2013

Designar audiências e realizar demais atividades de conciliação adequadas à solução de conflitos em número maior do que o ano de 2012

21 META 6 DE 2013

Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 100% das turmas recursais.

22 META 7 DE 2013

Modelar pelo menos 5 processos de trabalho das unidades judiciárias de primeiro grau da Justiça Eleitoral.

22 META 8 DE 2013

Implantar e divulgar a “Carta de Serviços” do 2º Grau da Justiça Eleitoral.

23 META 9 DE 2013

Implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em, pelo menos, 65% das unidades judiciárias e administrativas.

23 META 10 DE 2013

Realizar adequação ergonômica em 20% das unidades judiciárias de 1º e 2º Grau.

24 META 11 DE 2013

Capacitar, com duração mínima de 20 horas, 50% dos magistrados e 50% dos servidores na utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e em gestão estratégica.

24 META 12 DE 2013

Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJe) em pelo menos 40% das Varas do Trabalho de cada tribunal.

25 META 13 DE 2013

Aumentar em 15% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011.

- 26 META 14 DE 2013**
Executar, até setembro de 2013, pelo menos 65% do orçamento anual disponível, excluídas as despesas com pessoal.
- 27 META 15 DE 2013**
Desenvolvimento do sistema de gestão eletrônica de processos, documentos, arquivos e informação (fase 3) – prontificar a modelagem de processos de negócio atuais.
- 28 META 16 DE 2013**
Fortalecer a estrutura de controle interno no Tribunal.
- 30 META 17 DE 2013**
Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos.
- 32 META 18 DE 2013**
Identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2011.
- 34 META 19 DE 2013**
Realização de parcerias entre o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral, o Superior Tribunal Militar, os Tribunais de Justiça, os Tribunais de Justiça Militar Estaduais os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais e Conselhos de Contas, para aperfeiçoamento e alimentação do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade - CNCIAL.
-
- 36 META 2 DE 2012**
Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2007, no STJ; 70%, de 2008 a 2009, na Justiça Militar da União; 50%, em 2007, na Justiça Federal; 50%, de 2007 a 2009, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais; 80%, em 2008, na Justiça do Trabalho; 90%, de 2008 a 2009, na Justiça Eleitoral; 90%, de 2008 a 2010, na Justiça Militar dos Estados; e 90% em 2007, nas Turmas Recursais Estaduais, e no 2º Grau da Justiça Estadual.
- 38 META 3 DE 2012**
Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de Justiça.
- 40 META 4 DE 2012**
Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do Juiz de Cooperação.
- 42 META 5 DE 2012**
Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia para recolhimento.
- 44 META 6 DE 2012**
Implantar sistema de videoconferência em, pelo menos, uma unidade judiciária, para oitiva de testemunhas, em cooperação com outros segmentos de justiça.
- 44 META 8 DE 2012**
Implantar o processo eletrônico em pelo menos cinco rotinas administrativas.
- 45 META 9 DE 2012**
Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em 100% das unidades judiciárias de 1º Grau.
- 45 META 19 DE 2012**
Desenvolver normas e políticas de gestão documental para a Justiça Militar da União.

48 META 1 DE 2011

Criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica.

50 META 2 DE 2011

Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.

52 META 4 DE 2011

Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

54 META 5 DE 2011

Criar um núcleo de apoio de execução.

54 META 8 DE 2011

Implantar a gestão de processos em pelo menos 50% das rotinas administrativas, visando à implementação do processo administrativo eletrônico.

56 META 2 DE 2010

Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31 de dezembro de 2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31 de dezembro de 2007.

58 META 3 DE 2010 – NÃO FISCAL

Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31 de dezembro de 2009).

60 META 3 DE 2010 – FISCAL

Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31 de dezembro de 2009).

62 META 4 DE 2010

Lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento.

64 META 5 DE 2010

Implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau.

66 META 7 DE 2010

Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal, em especial a quantidade de julgamentos com e sem resolução de mérito e homologatórios de acordos, subdivididos por competência.

68 META 8 DE 2010

Promover cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados, priorizando-se o ensino à distância.

72 META 2 DE 2009

Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005 (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores).

APRESENTAÇÃO

O presente relatório revela o resultado parcial do esforço dos tribunais brasileiros no cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas no VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em novembro de 2012, em Aracaju/SE.

Os números aqui expostos referem-se a dados lançados até o dia 24 de julho de 2013 pelos próprios tribunais em sistema eletrônico disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

As metas nacionais foram criadas com a firme convicção de que o Poder Judiciário é elemento indispensável ao fortalecimento da proteção dos direitos fundamentais e ao desenvolvimento de uma sociedade livre, justa e solidária, conforme previsão constitucional.

Para atingir seus objetivos, é necessária a junção de esforços nas mais diversas frentes da prestação jurisdicional, com fulcro no compromisso de magistrados e servidores com a efetividade da Justiça. Os aspectos de alta relevância nesse contexto de abertura social são: a produtividade, os investimentos em tecnologia, a conciliação, a celeridade na solução dos litígios, a saúde ocupacional, o combate à corrupção e a improbidade, entre outros.

Em relação à produtividade, escopo da Meta 1 de 2013, foram distribuídos, entre os feitos monitorados por essa meta, 9.168.328 processos e julgados 8.073.353, resultando em um percentual de cumprimento de 88,06%, até o momento. Esse resultado mostra que persiste um descompasso entre a demanda dos jurisdicionados e a produtividade dos magistrados e servidores, equivalente a cerca de 30 dias de produção ou defasagem de 20%. Não obstante, reflete o compromisso da magistratura em solucionar o maior número de casos, incrementando o volume da prestação jurisdicional.

A celeridade na prestação da justiça, preocupação da nossa Carta Política, que assegura a todos os cidadãos a razoável duração do processo, decorre da necessidade de atender aos anseios do jurisdicionado no tocante ao tempo de tramitação dos

processos, desde sua distribuição até a decisão final na instância em que estiver tramitando. Para isso, volta-se a atenção do judiciário ao julgamento dos processos mais antigos, combatendo a morosidade processual. Nesse aspecto, ressalte-se que todos os ramos da justiça apresentam desempenho satisfatório.

Os destaques vão para os Juizados Especiais Federais e suas Turmas Recursais, cujo tempo para solução do litígio, em praticamente todos os casos, não excede 3 anos. Na Justiça do Trabalho, os julgamentos, em cada instância, não superam 4 anos, em média.

Ainda no campo da celeridade processual, os Tribunais Militares Estaduais estão focados na agilização do julgamento dos processos originários e recursos, de natureza cível e criminal, além dos processos de natureza especial de sua competência constitucional em até 120 dias a contar da distribuição. Até o momento, esse segmento vem apresentando desempenho satisfatório, com média de 100,43% de cumprimento da meta.

Para dar efetividade às decisões em processos trabalhistas, após o respectivo trânsito em julgado, os tribunais regionais do trabalho têm de adotar meios para aumentar em, pelo menos, 15% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011. A execução trabalhista é considerada um dos grandes gargalos da Justiça, o que justifica a priorização de ações tendentes a dar maior impulso aos processos executórios, até mesmo com a finalidade de reduzir o estoque de processos em situação de arquivamento provisório.

O dado preocupante é que até o momento somente o TRT19 (Alagoas) vem cumprindo esse objetivo, o que demonstra a necessidade de os demais tribunais redobram esforços para, até o fim de 2013, alcançarem a meta.

Outra relevante preocupação da Justiça do Trabalho é a atenção adequada à saúde dos servidores e magistrados – que são a força propulsora da Justiça nacional – materializada em ações relacionadas com os fatores ambientais de trabalho. O foco dessas ações está em viabilizar melhores condições laborais para a prestação de serviços mais qualificados. Nesse campo, trata-se de implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos

Ambientais (PPRA) em pelo menos 65% de suas unidades judiciárias e administrativas. Até o momento, obtiveram êxito nessa missão o TST, o TRT2 (São Paulo), o TRT3 (Minas Gerais), o TRT5 (Bahia), o TRT12 (Santa Catarina) e o TRT20 (Sergipe).

Não menos importantes para esse segmento jurisdicional, bem como para os demais atores da justiça, são os investimentos em tecnologias e procedimentos para modernização da prestação dos serviços judiciais. Exemplo marcante desse compromisso é a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), que se revelou indispensável instrumento para o avanço e a efetivação de uma prestação jurisdicional mais célere, moderna e comprometida com a preservação ambiental.

Os resultados são: oito TRTs implantaram até o momento o PJe em pelo menos 40% de suas varas. São eles: TRT1 (Rio de Janeiro), TRT6 (Pernambuco), TRT7 (Ceará), TRT11 (Amazonas), TRT16 (Maranhão), TRT18 (Goiás), TRT20 (Sergipe) e TRT23 (Mato Grosso). Os demais TRTs demonstram clara dedicação e empenho para integrar o rol daqueles que vêm cumprindo a Meta 12. A Justiça Militar Estadual também está dedicada à implantação do PJe. Os tribunais militares começarão a lançar dados no sistema de metas a partir do mês de julho.

Alinhada à implantação do PJe na Justiça do Trabalho está a Meta 11 de 2013, direcionada à capacitação de magistrados e servidores na utilização dessa ferramenta e em gestão estratégica. Proporcionalmente ao período mensurado, os resultados apresentados pelos tribunais são em geral animadores.

Com o intuito de responder adequadamente às demandas sociais específicas da Justiça Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais estabeleceram para si o compromisso de realizarem a modelagem de ao menos cinco processos de trabalho em unidades judiciárias de primeiro grau. Essa iniciativa visa direcionar a atuação da Justiça Eleitoral para a compreensão das necessidades e expectativas dos jurisdicionados, promovendo-se o necessário diálogo. A excelência na atividade jurisdicional dos tribunais depende em grande parte da organização adequada de seus processos de trabalho. Contudo, verifica-se que, por enquanto, nenhum tribunal alcançou a meta, bem como o alto índice de não lançamento de dados no sistema de metas.

Outra importante iniciativa da Justiça Eleitoral é a implantação e a divulgação da Carta de Serviços relacionada ao segundo grau desse segmento jurisdicional. A Carta de Serviços serve de instrumento de informação e aproximação do Poder Judiciário com o jurisdicionado, ao divulgar os serviços prestados, e com estabelecimento de padrão mínimo de qualidade. O referencial básico da aludida carta é o Decreto n. 6.932, de 11 de agosto de 2009, que dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma em documentos produzidos no Brasil, institui a Carta de Serviços ao Cidadão e dá outras providências. Os dados revelam que apenas o TRE do Piauí apresenta cumprimento total da meta; quanto aos demais tribunais, observa-se alto índice de ausência de lançamento de informações no sistema.

Os Tribunais Regionais Federais têm o relevante objetivo de superar, em relação a 2012, o quantitativo de atividades voltadas à solução de conflitos e de designações de audiências conciliatórias. O resultado parcial em torno de 48% de cumprimento mostra-se consentâneo com o período mensurado. Esses tribunais também têm o compromisso de implantar a gestão por processos de trabalho em 100% de suas Turmas Recursais, o que já foi feito pelo TRF da 1ª Região e pelo da 3ª Região.

Em 2013 tem relevância especial a Meta 18, que se refere ao combate à improbidade administrativa e aos crimes contra a administração pública e visa identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações dessa natureza distribuídas até 31/12/2011. A expectativa de cumprimento da meta, a que se dedicam o STJ, os Tribunais de Justiça Estaduais e os TRFs, para o momento é de 75%. Atualmente, porém, o percentual alcançado é de 39,77%,¹ o que não é satisfatório, demonstrando-se, desse modo, a necessidade de os tribunais redobram esforços para o alcance do objetivo maior.

O combate à improbidade administrativa e à corrupção é tema de permanente cobrança pela sociedade. Os atos dessa natureza agredem o Estado democrático, pois reduzem, dificultam, precarizam a prestação dos serviços públicos – essenciais a toda a coletividade – e demonstram profundo desprezo aos princípios constitucionais

¹ Os dados da Meta 18 são atualizados automaticamente em processômetro disponível no portal do CNJ. Alguns tribunais ainda não lançaram dados relativos ao primeiro grau de jurisdição, o que pode provocar distorção nos resultados apresentados.

aplicáveis à administração pública. Cabe ao Poder Judiciário buscar meios que garantam a tramitação eficiente, célere e efetiva dos processos relacionados a esses desvios, protegendo-se os valores republicanos.

Como parte desse esforço, foi instituído pela Resolução CNJ n. 172 o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade (CNCIAI), que abriu passo ao cumprimento da Meta 19 de 2013, que visa reunir esforços para o aperfeiçoamento e a alimentação do referido sistema.

Os Tribunais de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e os Tribunais Eleitorais, os Militares Estaduais, bem como o STJ, o STM e o TSE, já podem lançar informações relativas a condenações em processos decorrentes de atos de improbidade e atos que levem à inelegibilidade previstos na Lei Complementar n. 64 (Lei da Ficha Limpa). Já para as próximas eleições de 2014, os dados lançados no CNCIAI servirão de subsídio aos juízes e tribunais eleitorais para fins de verificação da procedência de pedidos de registro de candidatura.

Ainda nesse diapasão, o Judiciário concentra esforços para fortalecer seus controles internos, uma vez que administra cerca de 60 bilhões de Reais anualmente. Esse é o teor da Meta 16, cujo percentual de cumprimento nacional está em 60,92%.

O ponto forte relaciona-se à autonomia das unidades de controle interno para fiscalizar a regularidade de atos e procedimentos administrativos do Judiciário, nos termos do art. 74 da Carta Maior de 1988. Por outro lado, alguns tribunais ainda apresentam dificuldades para executar as atividades de controle, pois não dispõem de pessoal qualificado, infraestrutura tecnológica suficiente, incluindo sistemas de informação, adequado monitoramento de riscos, entre outros requisitos que, quando atendidos, permitirão o combate ao desperdício do dinheiro público e o estabelecimento de ações preventivas a eventuais atos de improbidade no âmbito do Poder Judiciário.

Essas e outras informações detalhadas sobre o cumprimento das metas de 2009 a 2013, relativas ao desempenho dos tribunais brasileiros até o momento, podem ser consultadas no portal do CNJ, em Áreas Temáticas – Gestão e Planejamento – Metas – Relatório Parcial 2009–2013.

METAS 2013

META 1 DE 2013

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ	TST	TSE	STM
101,61%	96,09%	DNL	107,91%

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAL	TJAM	TJAP	TJBA	TJCE	TJDFT	TJES	TJGO	TJMA	TJMG	TJMS	TJMT
74,20%	41,15%	84,63%	61,94%	75,51%	72,46%	96,70%	83,68%	80,07%	90,57%	83,40%	97,71%	72,42%

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-AC	TRE-AL	TRE-AM	TRE-AP	TRE-BA	TRE-CE	TRE-DF	TRE-ES	TRE-GO	TRE-MA	TRE-MG	TRE-MS	TRE-MT
65,85%	475,78%	DNL	43,41%	DNL	56,08%	67,77%	68,46%	54,01%	26,64%	72,92%	176,85%	189,95%

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
180,87%	94,25%	98,90%	96,42%	96,68%	93,41%	91,28%	99,47%	113,18%	94,93%	186,63%	84,99%	79,03%

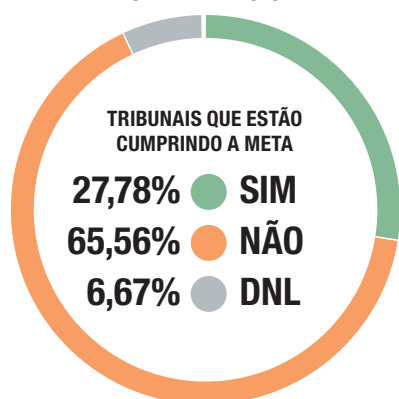
JUSTIÇA FEDERAL

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
83,01%	105,42%	98,71%	91,53%	109,59%

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

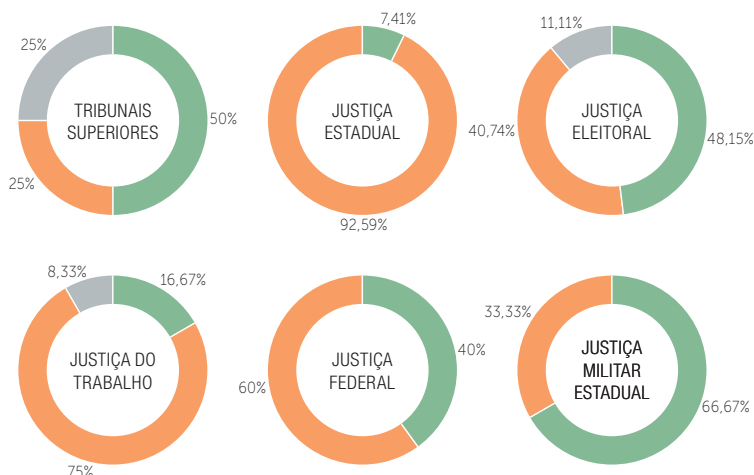
TJMMG	TJMRS	TJMSP
123,66%	131,71%	95,59%

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJSP	TJTO
82,28%	88,33%	96,76%	82,42%	103,92%	93,44%	78,01%	96,63%	77,83%	83,27%	84,93%	112,59%	71,35%	82,25%
TRE-PA	TRE-PB	TRE-PE	TRE-PI	TRE-PR	TRE-RJ	TRE-RN	TRE-RO	TRE-RR	TRE-RS	TRE-SC	TRE-SE	TRE-SP	TRE-TO
82,28%	191,13%	76,51%	116,24%	172,03%	67,08%	111,96%	161,93%	DNL	288,64%	258,52%	169,87%	253,04%	425,78%
TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24			
95,18%	105,49%	DNL	99,31%	89,49%	98,45%	79,74%	83,95%	83,55%	DNL	86,39%			

META 2 DE 2013

Julgar, até 31/12/2013, pelo menos 80% dos processos distribuídos em 2008, no STJ; 70%, em 2010 e 2011, na Justiça Militar da União; 50%, em 2008, na Justiça Federal; 50%, em 2010, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais; 80%, em 2009, na Justiça do Trabalho; 90%, em 2010, na Justiça Eleitoral; 90%, em 2011, na Justiça Militar dos Estados; e 90%, em 2008, nas Turmas Recursais Estaduais, e no 2º grau da Justiça Estadual.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ	TST	TSE	STM
123,39%	113,24%	DNL	137,94%

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAL	TJAM	TJAP	TJBA	TJCE	TJDF	TJES	TJGO	TJMA	TJMG	TJMS	TJMT
94,09%	0,00%	96,76%	111,11%	103,85%	DNL	111,06%	107,73%	111,09%	109,97%	106,15%	111,08%	110,19%

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-AC	TRE-AL	TRE-AM	TRE-AP	TRE-BA	TRE-CE	TRE-DF	TRE-ES	TRE-GO	TRE-MA	TRE-MG	TRE-MS	TRE-MT
104,50%	106,41%	DNL	110,73%	DNL	104,60%	107,17%	100,97%	110,37%	108,02%	105,63%	DNL	108,40%

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
122,31%	123,48%	124,86%	124,52%	124,47%	124,75%	121,66%	124,99%	124,05%	125,00%	DNL	124,91%	123,08%

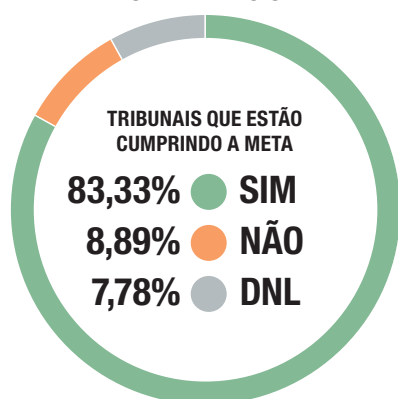
JUSTIÇA FEDERAL

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
92,43%	191,36%	184,20%	199,16%	185,84%

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

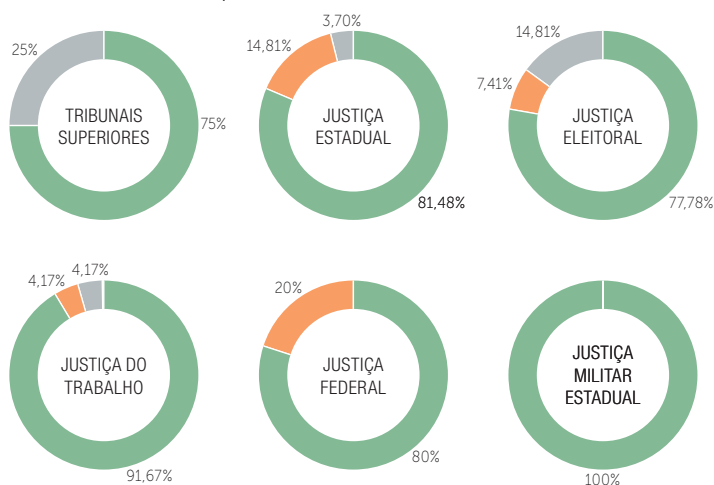
TJMMG	TJMRS	TJMSP
107,64%	102,35%	106,90%

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META

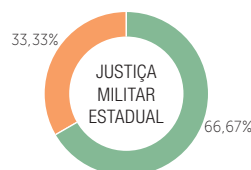
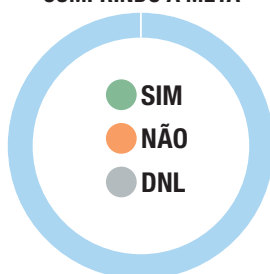


TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJSP	TJTO
108,84%	106,72%	107,63%	110,80%	109,57%	111,10%	110,97%	111,06%	108,33%	64,63%	111,03%	110,87%	103,96%	110,48%
TRE-PA	TRE-PB	TRE-PE	TRE-PI	TRE-PR	TRE-RJ	TRE-RN	TRE-RO	TRE-RR	TRE-RS	TRE-SC	TRE-SE	TRE-SP	TRE-TO
110,57%	80,78%	101,62%	104,70%	110,66%	110,76%	108,23%	108,12%	DNL	109,18%	107,54%	109,74%	110,97%	72,20%
TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24			
125,00%	124,38%	124,29%	124,71%	124,99%	124,92%	124,11%	123,02%	0,00%	124,79%	124,95%			

META 3 DE 2013

Julgar 90% dos processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais, e dos processos de natureza especial em até 120 dias.

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TJMMG	TJMRS	TJMSP
97,53%	111,11%	111,11%

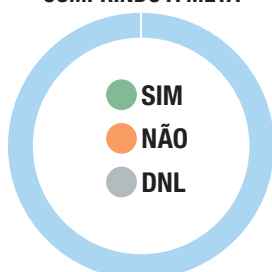
META 4 DE 2013

Os dados desta meta são lançados semestralmente. Todavia não há resultados relativos ao 1º semestre. O cumprimento será apurado ao final do ano

META 5 DE 2013

Designar audiências e realizar demais atividades de conciliação adequadas à solução de conflitos em número maior do que o ano de 2012

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



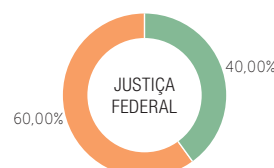
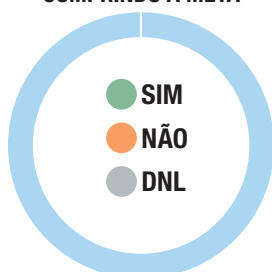
DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
44,80%	11,34%	66,97%	57,14%	50,37%

META 6 DE 2013

Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 100% das turmas recursais.

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



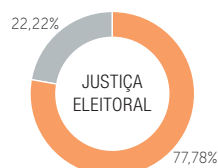
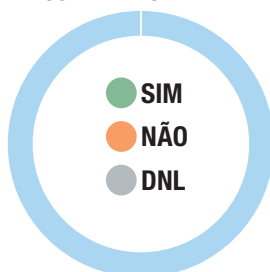
DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	50,00%

META 7 DE 2013

Modelar pelo menos 5 processos de trabalho das unidades judiciárias de primeiro grau da Justiça Eleitoral.

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



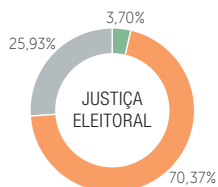
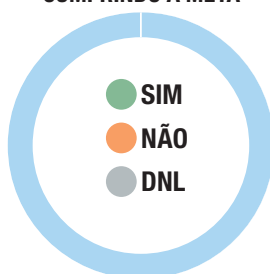
DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRE-AC	TRE-AL	TRE-AM	TRE-AP	TRE-BA	TRE-CE	TRE-DF	TRE-ES	TRE-GO	TRE-MA	TRE-MG	TRE-MS	TRE-MT	
NÃO	NÃO	NÃO	DNL	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	DNL	DNL	NÃO	DNL	NÃO	
TRE-PA	TRE-PB	TRE-PE	TRE-PI	TRE-PR	TRE-RJ	TRE-RN	TRE-RO	TRE-RR	TRE-RS	TRE-SC	TRE-SE	TRE-SP	TRE-TO
NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	DNL	DNL	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

META 8 DE 2013

Implantar e divulgar a “Carta de Serviços” do 2º Grau da Justiça Eleitoral.

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



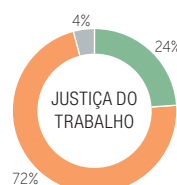
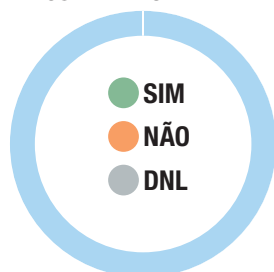
DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRE-AC	TRE-AL	TRE-AM	TRE-AP	TRE-BA	TRE-CE	TRE-DF	TRE-ES	TRE-GO	TRE-MA	TRE-MG	TRE-MS	TRE-MT	
NÃO	NÃO	NÃO	DNL	NÃO	NÃO	DNL	NÃO	DNL	DNL	NÃO	DNL	NÃO	
TRE-PA	TRE-PB	TRE-PE	TRE-PI	TRE-PR	TRE-RJ	TRE-RN	TRE-RO	TRE-RR	TRE-RS	TRE-SC	TRE-SE	TRE-SP	TRE-TO
NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	DNL	DNL	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

META 9 DE 2013

Implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em, pelo menos, 65% das unidades judiciárias e administrativas.

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



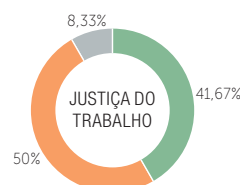
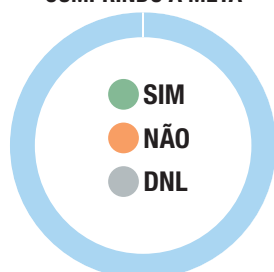
DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
0,00%	100%	100%	DNL	100%	86,54%	0,00%	49,84%	50,00%	50,00%	0,00%	100%	0,00%
TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24	TST	
94,14%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	50,00%	0,00%	50,00%	100%	

META 10 DE 2013

Realizar adequação ergonômica em 20% das unidades judiciárias de 1º e 2º Grau.

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



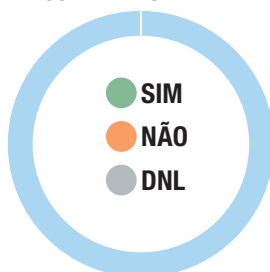
DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12
0,00%	373,10%	0,00%	0,00%	269,84%	DNL	144,74%	0,00%	39,63%	147,68%	0,00%	224,30%
TRT13	TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24
DNL	443,40%	0,00%	0,00%	0,00%	291,04%	0,00%	494,62%	113,64%	222,22%	0,00%	0,00%

META 11 DE 2013

Capacitar, com duração mínima de 20 horas, 50% dos magistrados e 50% dos servidores na utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e em gestão estratégica.

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



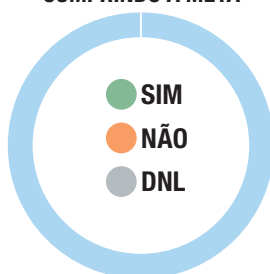
DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
7,01%	61,18%	66,91%	79,79%	80,76%	82,16%	6,84%	74,53%	68,84%	0,00%	0,87%	71,67%	42,16%
TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24		
81,09%	89,51%	DNL	62,65%	80,33%	75,78%	84,39%	61,15%	0,00%	92,99%	51,83%		

META 12 DE 2013

Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJe) em pelo menos 40% das Varas do Trabalho de cada tribunal.

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



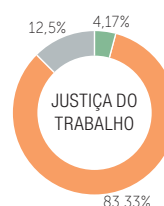
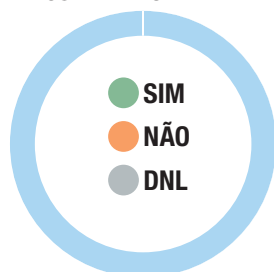
DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
187,50%	64,61%	44,64%	45,80%	28,41%	111,94%	171,88%	59,78%	62,50%	46,88%	171,88	74,56%	27,78%
TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24		
70,31%	40,85%	130,43	31,25%	161,46%	90,91%	250,00%	47,62%	0,00%	131,58%	86,54%		

META 13 DE 2013

Aumentar em 15% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011.

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



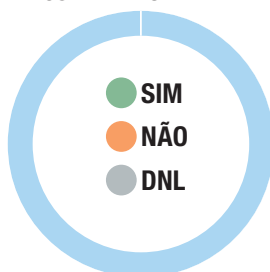
DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
57,52%	24,29%	38,63%	43,32%	71,99%	34,28%	90,39%	31,33%	22,78%	39,18%	DNL	28,91%	37,29%
TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24		
57,58%	21,07%	DNL	29,92%	23,79%	127,14%	25,59%	0,00%	0,00%	DNL	20,03%		

META 14 DE 2013

Executar, até setembro de 2013, pelo menos 65% do orçamento anual disponível, excluídas as despesas com pessoal.

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



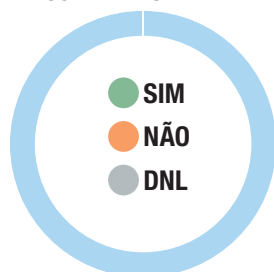
DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
30,49%	109,31%	55,47%	48,46%	59,00%	49,46%	47,52%	41,80%	43,03%	39,02%	DNL	57,58%	50,41%
TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24	TST	
58,94%	53,50%	54,58%	44,27%	78,67%	59,08%	50,56%	51,62%	60,14%	72,08%	53,95%	30,49%	

META 15 DE 2013

Desenvolvimento do sistema de gestão eletrônica de processos, documentos, arquivos e informação (fase 3) – prontificar a modelagem de processos de negócio atuais.

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

JMU
NÃO

META 16 DE 2013

Fortalecer a estrutura de controle interno no Tribunal.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ	STM	TST	TSE
76,47%	76,47%	88,24%	0,00%

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAL	TJAM	TJAP	TJBA	TJCE	TJDF	TJES	TJGO	TJMA	TJMG	TJMS	TJMT
58,82%	35,29%	100,00%	76,47%	35,29%	70,59%	100%	64,71%	0,00%	88,24%	58,82%	76,47%	76,47%

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-AC	TRE-AL	TRE-AM	TRE-AP	TRE-BA	TRE-CE	TRE-DF	TRE-ES	TRE-GO	TRE-MA	TRE-MG	TRE-MS	TRE-MT
64,71%	47,06%	DNL	DNL	41,18%	82,35%	DNL	76,47%	47,06%	DNL	70,59%	DNL	52,94%

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
70,59%	64,71%	58,82%	41,18%	52,94%	58,82%	64,71%	52,94%	41,18%	70,59%	47,06%	64,71%	52,94%

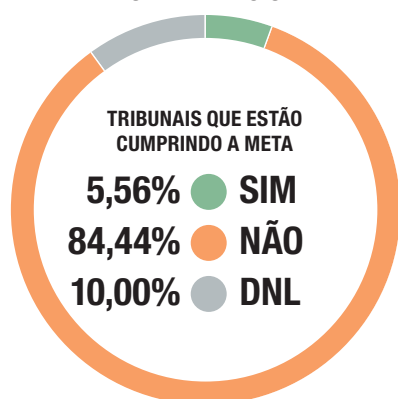
JUSTIÇA FEDERAL

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
100,00%	47,06%	35,29%	70,59%	64,71%

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

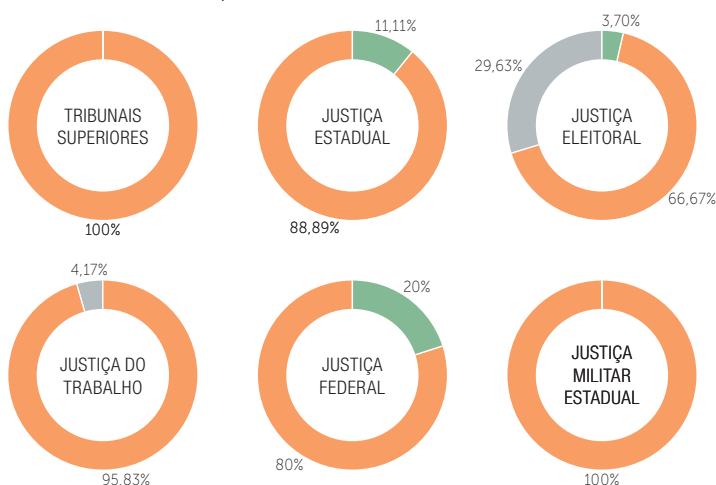
TJMMG	TJMSP	TJMRS
76,47%	76,47%	52,94%

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJSP	TJTO
64,71%	35,29%	70,59%	52,94%	64,71%	70,59%	100%	76,47%	47,06%	64,71%	58,82%	64,71%	76,47%	52,94%
TRE-PA	TRE-PB	TRE-PE	TRE-PI	TRE-PR	TRE-RJ	TRE-RN	TRE-RO	TRE-RR	TRE-RS	TRE-SC	TRE-SE	TRE-SP	TRE-TO
76,47%	58,82%	76,47%	64,71%	88,24%	70,59%	58,82%	DNL	58,82%	DNL	88,24%	100,00%	94,12%	DNL
TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24			
DNL	76,47%	29,41%	82,35%	76,47%	47,06%	82,35%	76,47%	70,59%	70,59%	70,59%			

META 17 DE 2013

Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ	STM	TST	TSE
92,31%	76,92%	84,62%	0,00%

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAL	TJAM	TJAP	TJBA	TJCE	TJDFT	TJES	TJGO	TJMA	TJMG	TJMS	TJMT
92,31%	84,62%	76,92%	69,23%	84,62%	69,23%	69,23%	61,54%	DNL	46,15%	92,31%	92,31%	53,85%

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-AC	TRE-AL	TRE-AM	TRE-AP	TRE-BA	TRE-CE	TRE-DF	TRE-ES	TRE-GO	TRE-MA	TRE-MG	TRE-MS	TRE-MT
46,15%	46,15%	DNL	46,15%	53,85%	53,85%	DNL	69,23%	DNL	DNL	84,62%	DNL	69,23%

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
69,23%	92,31%	46,15%	61,54%	69,23%	76,92%	46,15%	76,92%	46,15%	61,54%	69,23%	84,62%	69,23%

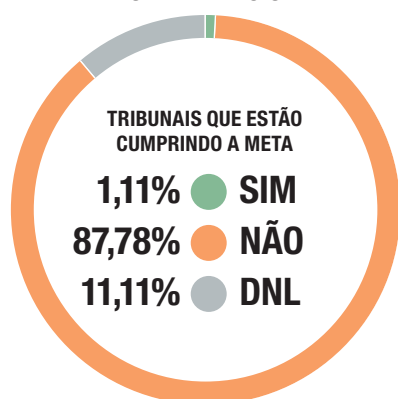
JUSTIÇA FEDERAL

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
38,46%	84,62%	84,62%	84,62%	30,77%

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

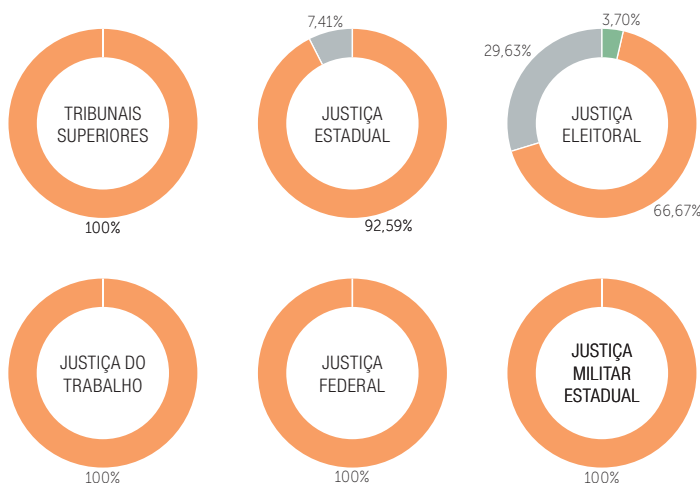
TJMMG	TJMSP	TJMRS
53,85%	92,31%	92,31%

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJSP	TJTO
92,31%	46,15%	69,23%	61,54%	DNL	38,46%	84,62%	84,62%	92,31%	53,85%	38,46%	46,15%	46,15%	46,15%
TRE-PA	TRE-PB	TRE-PE	TRE-PI	TRE-PR	TRE-RJ	TRE-RN	TRE-RO	TRE-RR	TRE-RS	TRE-SC	TRE-SE	TRE-SP	TRE-TO
76,92%	76,92%	84,62%	46,15%	100%	76,92%	69,23%	DNL	DNL	DNL	76,92%	69,23%	61,54%	76,92%
TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24			
53,85%	84,62%	69,23%	38,46%	76,92%	38,46%	76,92%	69,23%	46,15%	38,46%	69,23%			

META 18 DE 2013

Identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2011.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ

51,06%

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAL	TJAM	TJAP	TJBA	TJCE	TJDFT	TJES	TJGO	TJMA	TJMG	TJMS	TJMT
71,34%	27,21%	20,78%	88,61%	5,19%	27,10%	64,38%	46,86%	26,68%	34,19%	26,92%	55,40%	39,88%

JUSTIÇA FEDERAL

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
36,36%	54,27%	36,47%	68,75%	69,11%

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJSP	TJTO
36,46%	19,26%	21,44%	5,97%	99,05%	39,14%	29,79%	81,58%	44,61%	44,78%	45,70%	98,00%	18,66%	26,30%



META 19 DE 2013

Realização de parcerias entre o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral, o Superior Tribunal Militar, os Tribunais de Justiça, os Tribunais de Justiça Militar Estaduais os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais e Conselhos de Contas, para aperfeiçoamento e alimentação do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade - CNCIAI.

O Acordo de Cooperação está em fase de definição para assinatura e adesão pelos órgãos envolvidos.

METAS 2012

META 2 DE 2012

Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2007, no STJ; 70%, de 2008 a 2009, na Justiça Militar da União; 50%, em 2007, na Justiça Federal; 50%, de 2007 a 2009, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais; 80%, em 2008, na Justiça do Trabalho; 90%, de 2008 a 2009, na Justiça Eleitoral; 90%, de 2008 a 2010, na Justiça Militar dos Estados; e 90% em 2007, nas Turmas Recursais Estaduais, e no 2º Grau da Justiça Estadual.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ	TST	TSE	STM
124,07%	124,26%	DNL	141,74%

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAL	TJAM	TJAP	TJBA	TJCE	TJDFT	TJES	TJGO	TJMA	TJMG	TJMS	TJMT
111,11%	103,01%	104,38%	111,11%	77,20%	88,13%	111,04%	107,83%	110,88%	110,99%	108,41%	111,10%	110,36%

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-AC	TRE-AL	TRE-AM	TRE-AP	TRE-BA	TRE-CE	TRE-DF	TRE-ES	TRE-GO	TRE-MA	TRE-MG	TRE-MS	TRE-MT
111,00%	111,01%	109,47%	110,72%	107,96%	110,59%	110,89%	109,33%	109,44%	106,05%	106,85%	111,34%	103,03%

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
123,59%	124,18%	124,49%	124,75%	124,84%	124,93%	117,97%	125,00%	124,84%	124,99%	124,73%	124,97%	124,37%

JUSTIÇA FEDERAL

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
184,96%	198,26%	193,61%	199,78%	192,44%

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

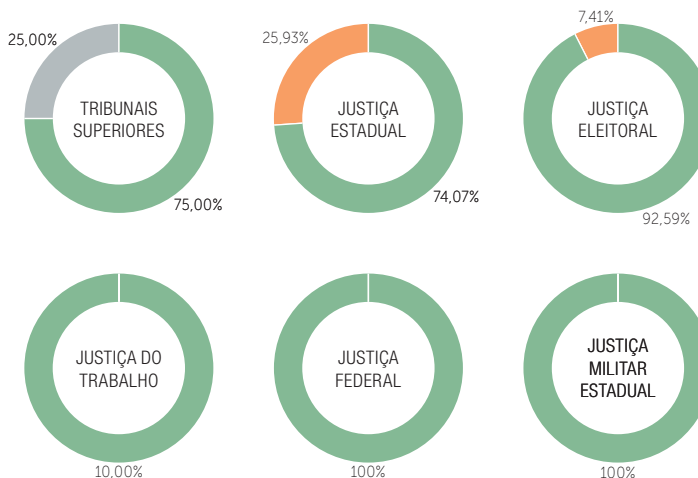
TJMRS	TJMSP	TJMMG
109,27%	110,64%	109,43%

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJSP	TJTO
110,95%	110,85%	108,34%	99,42%	109,11%	0,00%	101,56%	55,56%	110,14%	87,25%	79,75%	110,90%	104,81%	110,46%
TRE-PA	TRE-PB	TRE-PE	TRE-PI	TRE-PR	TRE-RJ	TRE-RN	TRE-RO	TRE-RR	TRE-RS	TRE-SC	TRE-SE	TRE-SP	TRE-TO
97,47%	110,63%	102,97%	110,99%	111,11%	111,03%	110,62%	109,06%	110,96%	109,10%	111,11%	111,08%	111,04%	99,05%
TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24			
125,00%	124,53%	124,20%	124,85%	124,64%	124,96%	124,96%	124,99%	125,00%	124,98%	124,96%			

META 3 DE 2012

Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de Justiça.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ	TST	TSE	STM
SIM	SIM	DNL	NÃO

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAL	TJAM	TJAP	TJBA	TJCE	TJDFT	TJES	TJGO	TJMA	TJMG	TJMS	TJMT
SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-AC	TRE-AL	TRE-AM	TRE-AP	TRE-BA	TRE-CE	TRE-DF	TRE-ES	TRE-GO	TRE-MA	TRE-MG	TRE-MS	TRE-MT
SIM	SIM	DNL	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM

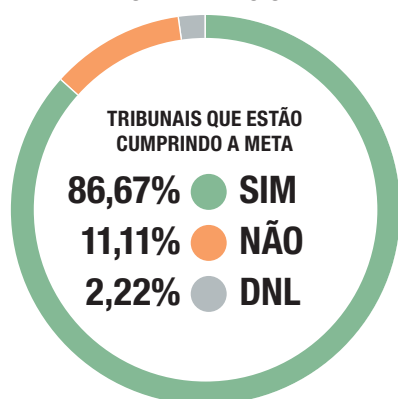
JUSTIÇA FEDERAL

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

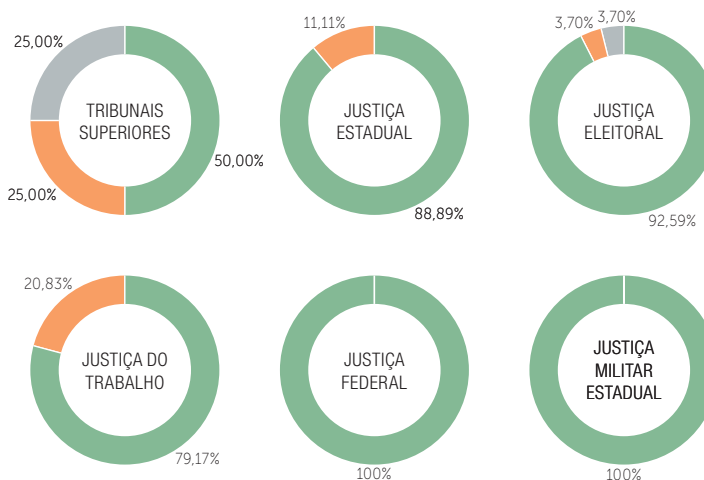
TJMMG	TJMRS	TJMSP
SIM	SIM	SIM

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJSP	TJTO
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
TRE-PA	TRE-PB	TRE-PE	TRE-PI	TRE-PR	TRE-RJ	TRE-RN	TRE-RO	TRE-RR	TRE-RS	TRE-SC	TRE-SE	TRE-SP	TRE-TO
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24			
SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM			

META 4 DE 2012

Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do Juiz de Cooperação.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ	TST	TSE	STM
SIM	SIM	DNL	SIM

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAL	TJAM	TJAP	TJBA	TJCE	TJDF	TJES	TJGO	TJMA	TJMG	TJMS	TJMT
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-AC	TRE-AL	TRE-AM	TRE-AP	TRE-BA	TRE-CE	TRE-DF	TRE-ES	TRE-GO	TRE-MA	TRE-MG	TRE-MS	TRE-MT
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

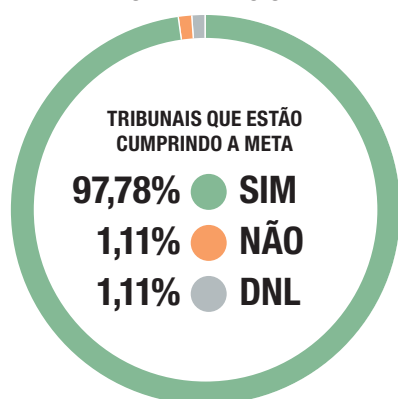
JUSTIÇA FEDERAL

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

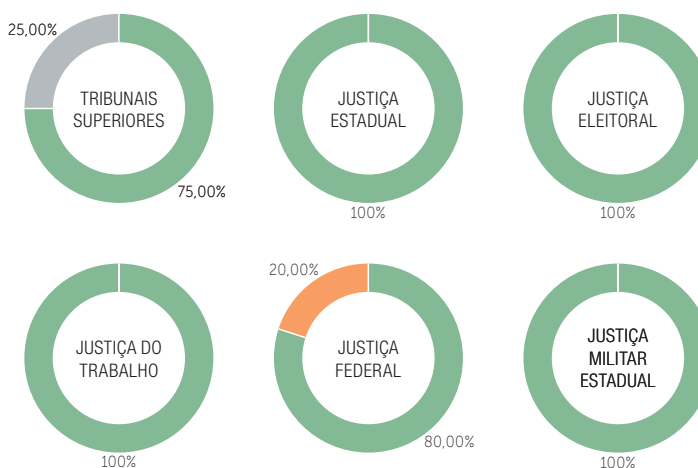
TJMMG	TJMRS	TJMSP
SIM	SIM	SIM

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJSP	TJTO
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
TRE-PA	TRE-PB	TRE-PE	TRE-PI	TRE-PR	TRE-RJ	TRE-RN	TRE-RO	TRE-RR	TRE-RS	TRE-SC	TRE-SE	TRE-SP	TRE-TO
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24			
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM			

META 5 DE 2012

Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia para recolhimento.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ TST

SIM SIM

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC TJAL TJAM TJAP TJBA TJCE TJDF TJES TJGO TJMA TJMG TJMS TJMT

SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1 TRT2 TRT3 TRT4 TRT5 TRT6 TRT7 TRT8 TRT9 TRT10 TRT11 TRT12 TRT13

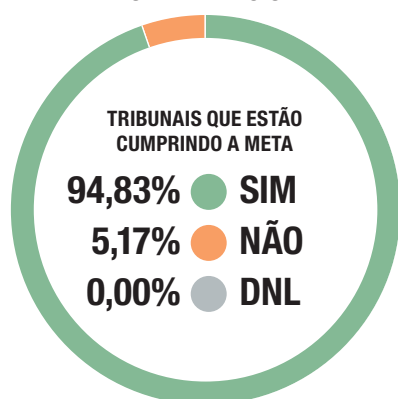
SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM

JUSTIÇA FEDERAL

TRF1 TRF2 TRF3 TRF4 TRF5

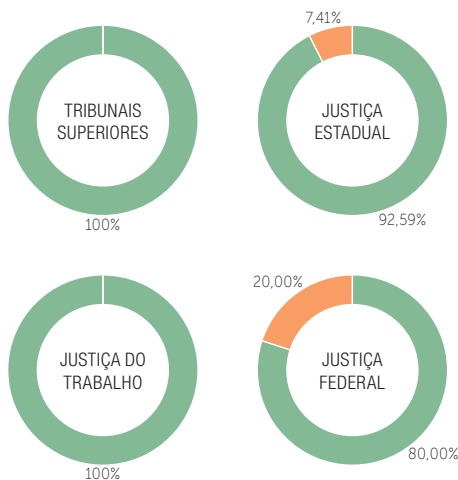
SIM SIM NÃO SIM SIM

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



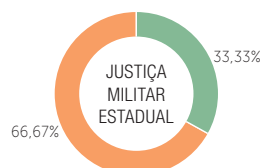
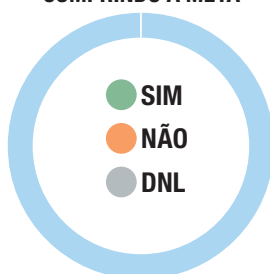
TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJSP	TJTO
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM

TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

META 6 DE 2012

Implantar sistema de videoconferência em, pelo menos, uma unidade judiciária, para oitiva de testemunhas, em cooperação com outros segmentos de justiça.

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



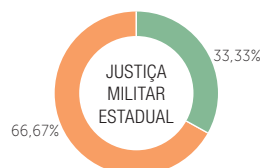
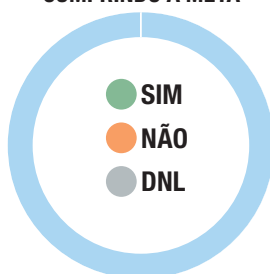
DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TJMMG	TJMRS	TJMSP
NÃO	NÃO	SIM

META 8 DE 2012

Implantar o processo eletrônico em pelo menos cinco rotinas administrativas.

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



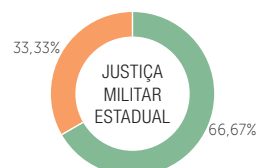
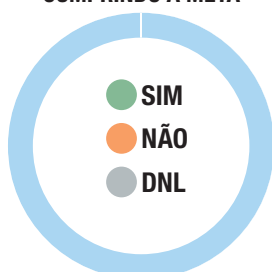
DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TJMMG	TJMRS	TJMSP
NÃO	SIM	NÃO

META 9 DE 2012

Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em 100% das unidades judiciárias de 1º Grau.

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



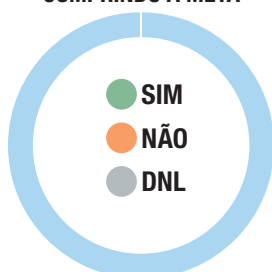
DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TJMMG	TJMRS	TJMSP
100,00%	25,00%	100,00%

META 19 DE 2012

Desenvolver normas e políticas de gestão documental para a Justiça Militar da União.

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

STM
SIM

METAS 2011

META 1 DE 2011

Criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ	TSE	STM	TST
SIM	NÃO	SIM	SIM

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAL	TJAM	TJAP	TJBA	TJCE	TJDFT	TJES	TJGO	TJMA	TJMG	TJMS	TJMT
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-AC	TRE-AL	TRE-AM	TRE-AP	TRE-BA	TRE-CE	TRE-DF	TRE-ES	TRE-GO	TRE-MA	TRE-MG	TRE-MS	TRE-MT
SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

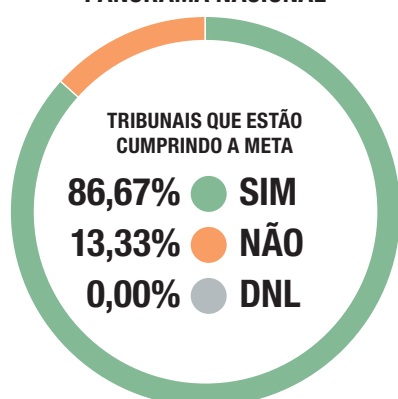
JUSTIÇA FEDERAL

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

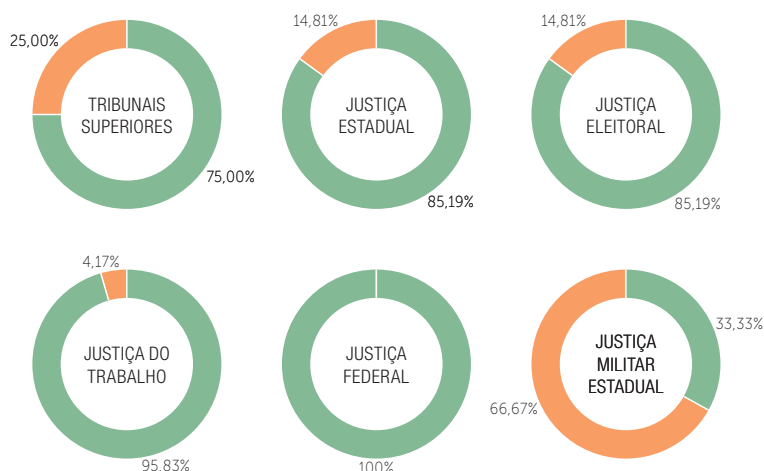
TJMRS	TJMSP	TJMMG
NÃO	SIM	NÃO

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJSP	TJTO
SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
TRE-PA	TRE-PB	TRE-PE	TRE-PI	TRE-PR	TRE-RJ	TRE-RN	TRE-RO	TRE-RR	TRE-RS	TRE-SC	TRE-SE	TRE-SP	TRE-TO
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24			
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM			

META 2 DE 2011

Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.

TRIBUNAIS SUPERIORES

JMU

NÃO

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAL	TJAM	TJAP	TJBA	TJCE	TJDFT	TJES	TJGO	TJMA	TJMG	TJMS	TJMT
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM

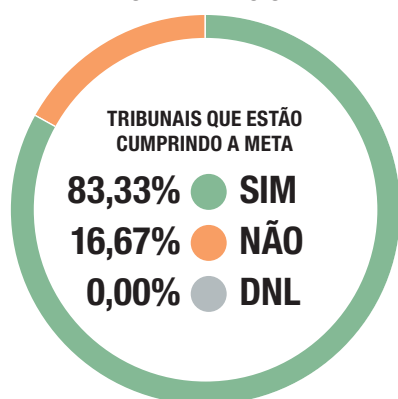
JUSTIÇA FEDERAL

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

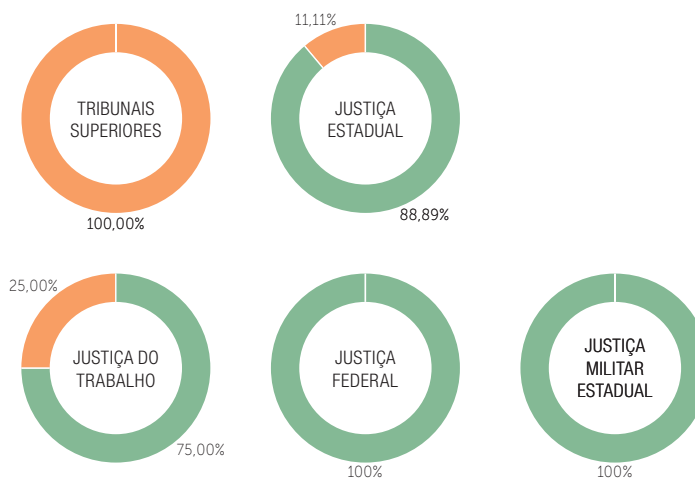
TJMMG	TJMRS	TJMSP
SIM	SIM	SIM

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJSP	TJTO
SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM

TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM

META 4 DE 2011

Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ	TST	TSE	STM
SIM	SIM	NÃO	SIM

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAL	TJAM	TJAP	TJBA	TJCE	TJDFT	TJES	TJGO	TJMA	TJMG	TJMS	TJMT
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-RJ	TRE-SP	TRE-MG	TRE-AC	TRE-AL	TRE-AP	TRE-AM	TRE-BA	TRE-CE	TRE-DF	TRE-ES	TRE-GO	TRE-MA
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA FEDERAL

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

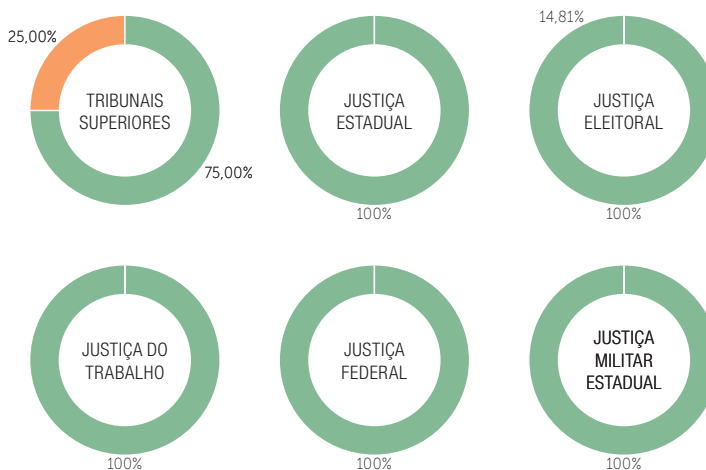
TJMMG	TJMRS	TJMSP
SIM	SIM	SIM

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META

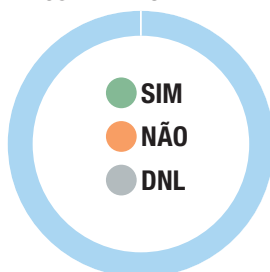


TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJSP	TJTO
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
TRE-MT	TRE-MS	TRE-PA	TRE-PB	TRE-PR	TRE-PE	TRE-PI	TRE-RN	TRE-RS	TRE-RO	TRE-RR	TRE-SC	TRE-SE	TRE-TO
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24			
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM			

META 5 DE 2011

Criar um núcleo de apoio de execução.

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



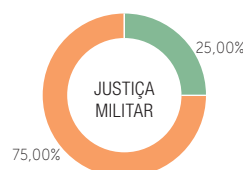
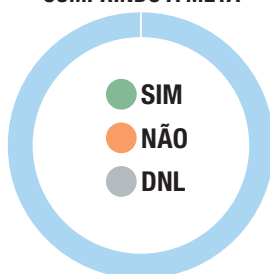
DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM
TRT13	TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

META 8 DE 2011

Implantar a gestão de processos em pelo menos 50% das rotinas administrativas, visando à implementação do processo administrativo eletrônico.

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

STM	TJMMG	TJMRS	TJMSP
0,00%	0,00%	100%	0,00%

METAS 2010

META 2 DE 2010

Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31 de dezembro de 2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31 de dezembro de 2007.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ	JMU	TSE	TST
93,89%	96,30%	DNL	100%

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAL	TJAM	TJAP	TJBA	TJCE	TJDF	TJES	TJGO	TJMA	TJMG	TJMS	TJMT
87,42%	54,68%	99,52%	95,97%	56,41%	50,38%	90,84%	75,91%	90,92%	55,26%	59,99%	91,95%	98,99%

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-AC	TRE-AL	TRE-AM	TRE-AP	TRE-BA	TRE-CE	TRE-DF	TRE-ES	TRE-GO	TRE-MA	TRE-MG	TRE-MS	TRE-MT
100%	94,74%	88,28%	15,38%	88,63%	77,05%	100%	100%	53,08%	95,65%	100%	100%	94,43%

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
94,96%	98,23%	100%	98,89%	98,74%	99,28%	88,10%	100%	97,12%	70,79%	100%	96,59%	100%

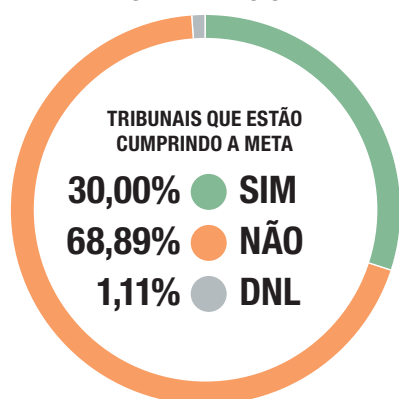
JUSTIÇA FEDERAL

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
94,91%	93,24%	90,95%	99,18%	96,59%

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

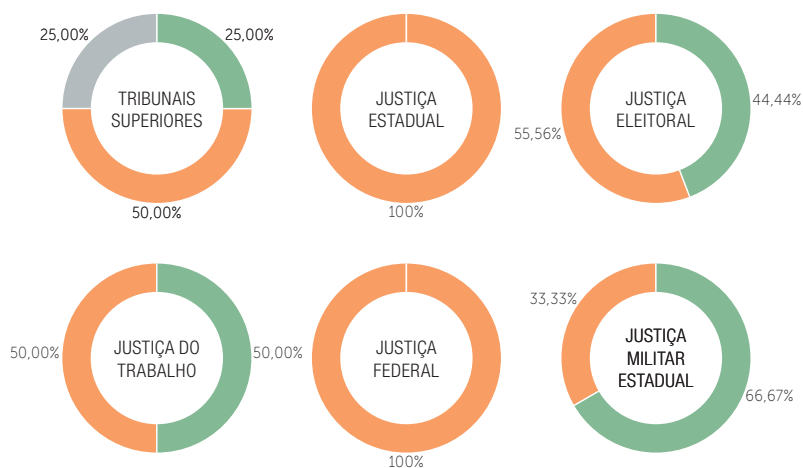
TJMMG	TJMRS	TJMSP
99,75%	100%	100%

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJSP	TJTO
75,38%	70,50%	80,83%	13,72%	65,87%	79,30%	93,17%	82,83%	97,61%	85,30%	87,89%	69,31%	64,85%	78,81%
TRE-PA	TRE-PB	TRE-PE	TRE-PI	TRE-PR	TRE-RJ	TRE-RN	TRE-RO	TRE-RR	TRE-RS	TRE-SC	TRE-SE	TRE-SP	TRE-TO
80,47%	94,67%	68,08%	75,41%	97,17%	100%	100%	100%	100%	100%	97,50%	100%	100%	93,33%
TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24			
100%	97,62%	92,42%	99,16%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%			

META 3 DE 2010 – NÃO FISCAL

Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31 de dezembro de 2009).

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ	TST	TSE
0,00%	100%	DNL

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAL	TJAM	TJAP	TJBA	TJCE	TJDFT	TJES	TJGO	TJMA	TJMG	TJMS	TJMT
295,08%	0,00%	281,77%	974,40%	0,00%	92,93%	93,91%	0,00%	619,53%	105,34%	184,38%	998,52%	0,00%

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-AC	TRE-AL	TRE-AM	TRE-AP	TRE-BA	TRE-CE	TRE-DF	TRE-ES	TRE-GO	TRE-MA	TRE-MG	TRE-MS	TRE-MT
100%	100%	0,00%	100%	100%	100%	0,00%	0,00%	ID	0,00%	100%	100%	0,00%

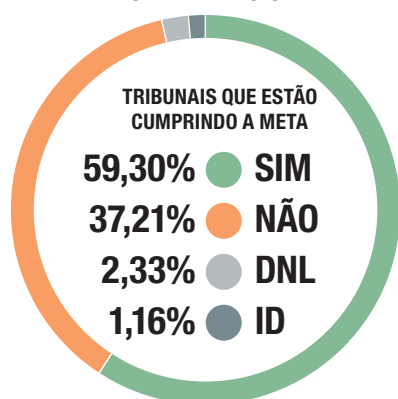
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
138,69%	164,22%	0,00%	101,83%	146,21%	0,00%	0,00%	96,22%	0,00%	0,00%	24,23%	231,94%	413,27%

JUSTIÇA FEDERAL

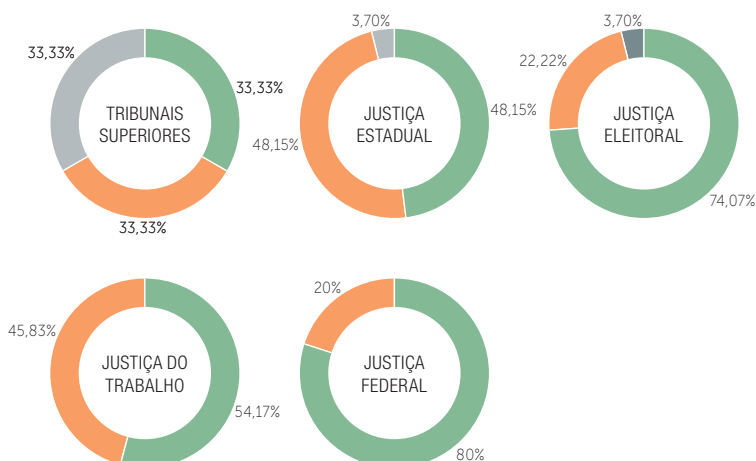
TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
772,14%	365,06%	685,18%	0,00%	898,62%

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJSP	TJTO
135,69%	DNL	0,00%	0,00%	42,40%	0,00%	421,14%	0,00%	198,14%	132,39%	0,00%	268,62%	340,75%	0,00%
TRE-PA	TRE-PB	TRE-PE	TRE-PI	TRE-PR	TRE-RJ	TRE-RN	TRE-RO	TRE-RR	TRE-RS	TRE-SC	TRE-SE	TRE-SP	TRE-TO
100%	0,00%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24			
144,82%	226,31%	59,18%	139,84%	145,82%	0,00%	103,66%	11,57%	92,83%	220,74%	144,96%			

META 3 DE 2010 – FISCAL

Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31 de dezembro de 2009).

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAL	TJAM	TJAP	TJBA	TJCE	TJDFT	TJES	TJGO	TJMA	TJMG	TJMS	TJMT
42,15%	139,75%	130,81%	304,15%	0,00%	128,00%	161,88%	120,55%	148,66%	7,15%	105,10%	112,15%	327,20%

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-AC	TRE-AL	TRE-AM	TRE-AP	TRE-BA	TRE-CE	TRE-DF	TRE-ES	TRE-GO	TRE-MA	TRE-MG	TRE-MS	TRE-MT
121,05%	0,00%	0,00%	80,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	ID	115,69%	150,00%	0,00%

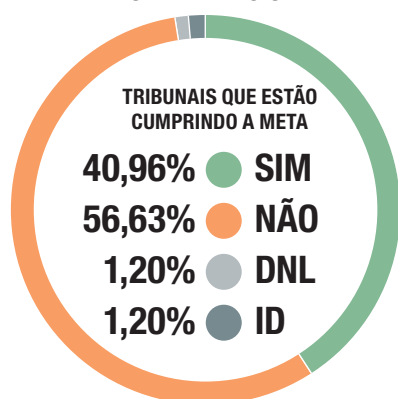
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
123,56%	0,00%	0,00%	312,24%	104,84%	55,87%	166,65%	0,00%	150,33%	26,22%	120,84%	99,71%	29,66%

JUSTIÇA FEDERAL

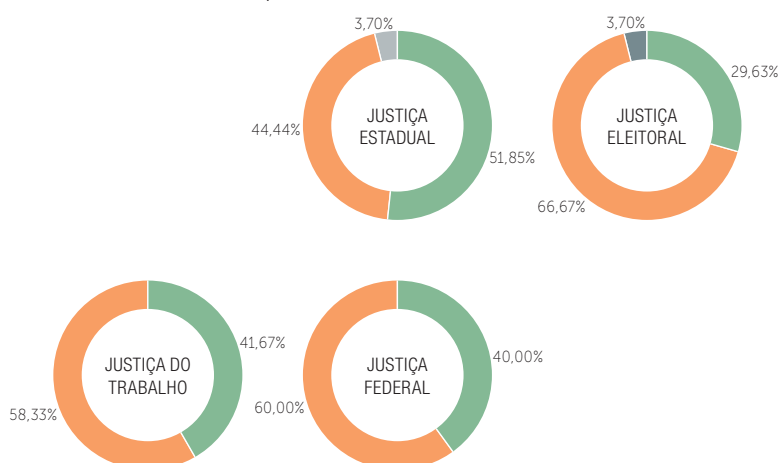
TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
180,56%	0,00%	0,00%	0,00%	102,75%

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJSP	TJTO
105,55%	DNL	0,00%	0,00%	58,65%	0,00%	83,93%	53,00%	251,92%	133,47%	0,00%	324,77%	0,00%	0,00%
TRE-PA	TRE-PB	TRE-PE	TRE-PI	TRE-PR	TRE-RJ	TRE-RN	TRE-RO	TRE-RR	TRE-RS	TRE-SC	TRE-SE	TRE-SP	TRE-TO
0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	200,00%	0,00%	400,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24			
75,18%	0,00%	23,50%	110,93%	97,92%	0,00%	197,36%	154,81%	30,18%	0,00%	197,27%			

META 4 DE 2010

Lavar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ	TST	TSE	STM
88,11%	DNL	DNL	45,81%

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAL	TJAM	TJAP	TJBA	TJCE	TJDFT	TJES	TJGO	TJMA	TJMG	TJMS	TJMT
100%*	DNL	100%*	DNL	68,95%	110,80%**	109,24%***	DNL	93,59%	87,63%	101,25%	DNL	DNL

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-AC	TRE-AL	TRE-AM	TRE-AP	TRE-BA	TRE-CE	TRE-DF	TRE-ES	TRE-GO	TRE-MA	TRE-MG	TRE-MS	TRE-MT
100%*	100%*	100%*	DNL	100%*	100%*	100%*	DNL	100%*	105,14%**	100%*	100%*	100%*

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
DNL	DNL	109,45%**	106,49%	110,27%**	DNL	100%*	107,29%**	DNL	DNL	100%*	DNL	100%*

JUSTIÇA FEDERAL

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
17,18%	94,72%	103,22%	108,65%	107,70%

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

TJMMG	TJMRS	TJMSP
100%*	100%*	100%*

* Meta cumprida utilizando a fórmula antiga.

** Meta cumprida utilizando a nova fórmula (90%).

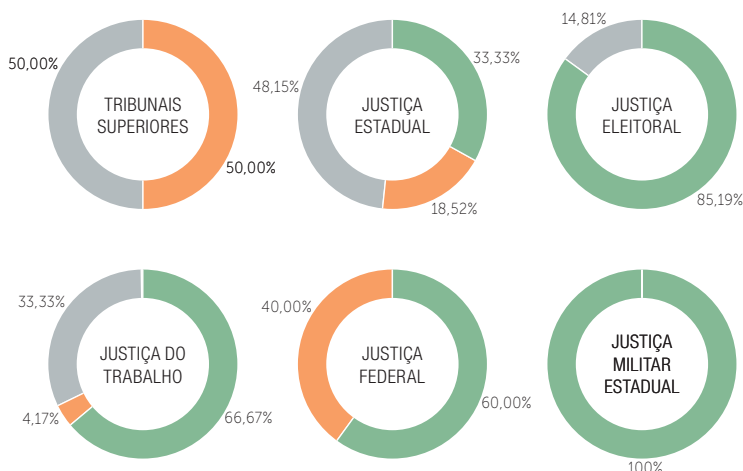
*** Meta cumprida em JAN/2013.

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJSP	TJTO
60,42%	DNL	DNL	DNL	DNL	DNL	100%*	100%*	100%*	110,85%**	DNL	DNL	75,80%	DNL
TRE-PA	TRE-PB	TRE-PE	TRE-PI	TRE-PR	TRE-RJ	TRE-RN	TRE-RO	TRE-RR	TRE-RS	TRE-SC	TRE-SE	TRE-SP	TRE-TO
100%*	103,31%**	100%*	100%*	100%*	100%*	DNL	100%*	DNL	100%*	100%*	100%*	100%*	100%*
TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24			
100%*	100%*	100%*	DNL	100%*	DNL	100%*	100%*	100%*	100%*	100%*			

META 5 DE 2010

Implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau.

JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

JMU

0%

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAL	TJAM	TJAP	TJBA	TJCE	TJDFT	TJES	TJGO	TJMA	TJMG	TJMS	TJMT
100%	100%	100%	0%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	95,60%	0%	100%

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

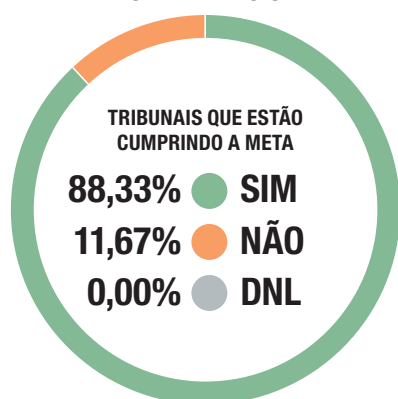
JUSTIÇA FEDERAL

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
100%	100%	100%	100%	100%

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

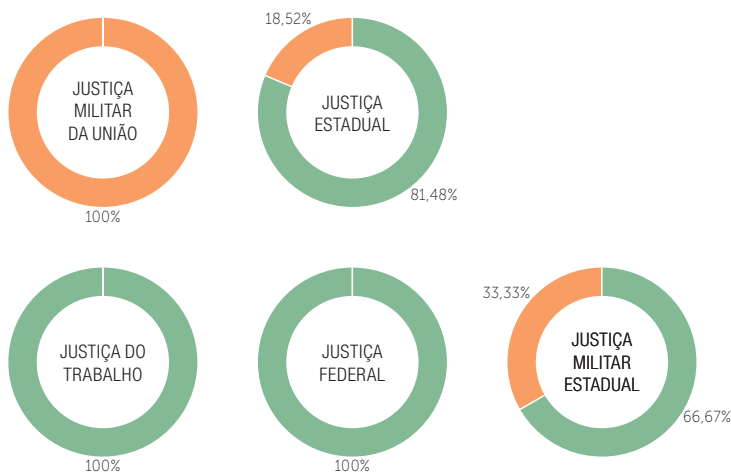
TJMMG	TJMRS	TJMSP
0%	100%	100%

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJSP	TJTO
100%	1,83%	100	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	30,16%	100%
TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24			
100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%			

META 7 DE 2010

Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal, em especial a quantidade de julgamentos com e sem resolução de mérito e homologatórios de acordos, subdivididos por competência.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ	STM	TSE	TST
100%	0%	0%	100%

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAL	TJAM	TJAP	TJBA	TJCE	TJDF	TJES	TJGO	TJMA	TJMG	TJMS	TJMT
100%	100%	100%	0%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	50%

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-AC	TRE-AL	TRE-AM	TRE-AP	TRE-BA	TRE-CE	TRE-DF	TRE-ES	TRE-GO	TRE-MA	TRE-MG	TRE-MS	TRE-MT
100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

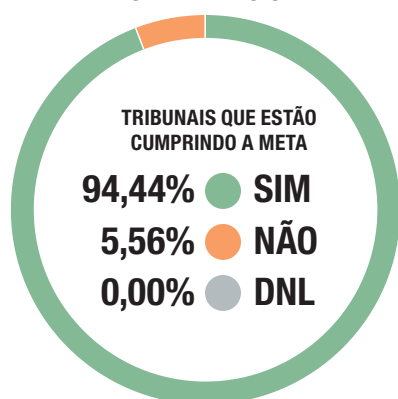
JUSTIÇA FEDERAL

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
100%	100%	100%	100%	100%

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

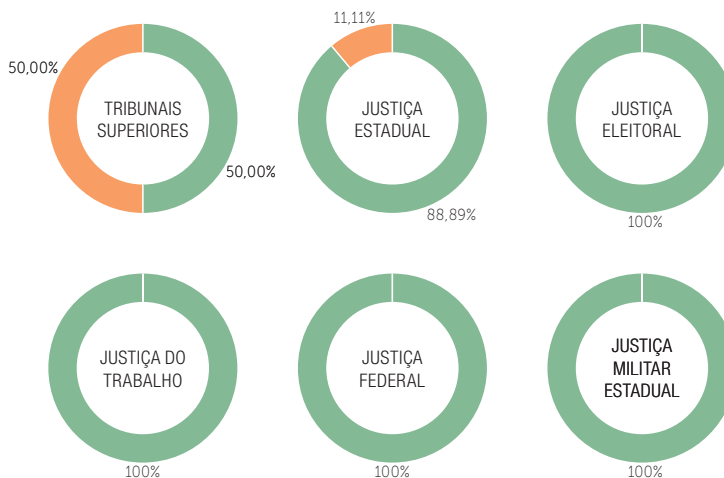
TJMMG	TJMRS	TJMSP
100%	100%	100%

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJSP	TJTO
100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	50%	100%
TRE-PA	TRE-PB	TRE-PE	TRE-PI	TRE-PR	TRE-RJ	TRE-RN	TRE-RO	TRE-RR	TRE-RS	TRE-SC	TRE-SE	TRE-SP	TRE-TO
100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24			
100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%			

META 8 DE 2010

Promover cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados, priorizando-se o ensino à distância.

TRIBUNAIS SUPERIORES

TST	JMU
DNL	100,00%

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAL	TJAM	TJAP	TJBA	TJCE	TJDFT	TJES	TJGO	TJMA	TJMG	TJMS	TJMT
100%*	0%	100%*	DNL	100%*	100%*	100%*	100%*	100%*	100%*	100%*	100%*	100%*

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
56,64%	100%*	100%*	100%*	100%*	100%*	100%*	100%*	100%*	DNL	100%*	100%*	100%*

JUSTIÇA FEDERAL

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
100%*	100%*	92,95%	100%*	100%*

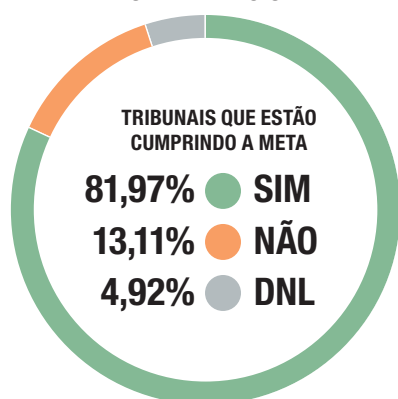
JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

TJMMG	TJMRS	TJMSP
100%*	100%*	100%*

* Tribunais que cumpriram a meta com base na fórmula vigente até a versão 9 do glossário de 2012.

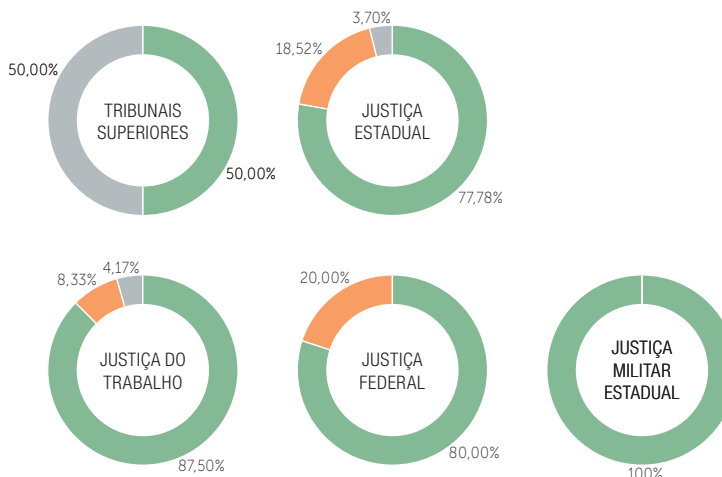
** Tribunais que cumpriram a meta com base na fórmula vigente a partir da versão 10 do glossário de 2012.

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJSP	TJTO
62,09%	62,84%	100%*	100%*	36,54%	100%*	100%*	100%*	100%*	100%*	100%*	100%*	0%	100%*
TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24			
100%*	100%*	100%*	100%*	100%*	100%*	100%*	8,51%	100%*	100%*	100%*			

METAS 2009

META 2 DE 2009

Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005 (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores).

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ	STM	TSE	TST
94,77%	31,25%	99,17%	ID

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAL	TJAM	TJAP	TJBA	TJCE	TJDF	TJES	TJGO	TJMA	TJMG	TJMS	TJMT
ID	95,72%	89,21%	96,69%	60,40%	73,91%	89,91%	84,01%	93,52%	83,63%	91,00%	95,19%	87,13%

JUSTIÇA ELEITORAL

TREAC	TREAL	TREAM	TREAP	TREBA	TRECE	TREDF	TREES	TREGO	TREMA	TREMG	TREMS	TREMT
100%	100%	93%	100%	82%	100%	94%	99%	100%	100%	100%	100%	100%

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
98,24%	98,56%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	95,32%	100,00%	97,58%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

JUSTIÇA FEDERAL

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
ID	97,57%	95,56%	98,95%	98,74%

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

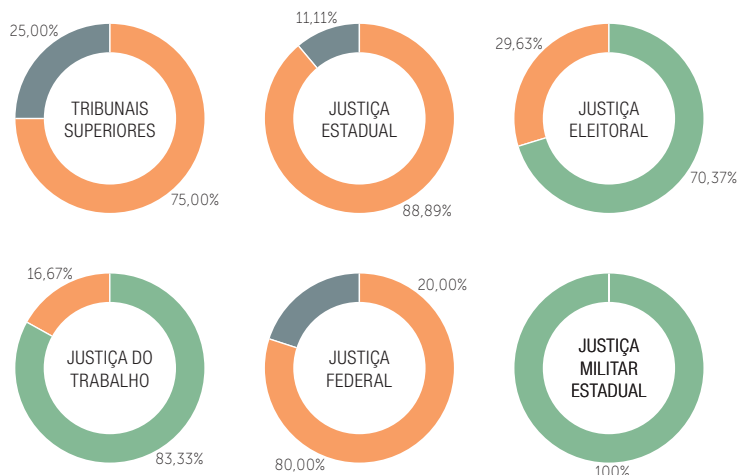
TJMMG	TJMRS	TJMSP
100%	100%	100%

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJSP	TJTO
83,29%	70,58%	83,67%	58,82%	82,91%	ID	78,39%	ID	93,60%	95,66%	89,42%	82,70%	69,75%	90,34%
TREPA	TREPB	TREPE	TREPI	TREPR	TRERJ	TRERN	TRERO	TRERR	TRERS	TRESC	TRESE	TRESP	TRETO
100%	97%	100%	91%	100%	100%	100%	100%	92%	100%	100%	100%	100%	100%
TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24			
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%			



Poder Judiciário



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA